

Dívida externa: Brasil faz acordo com família Dart

ACERTO COM MAIOR CREDOR NÃO-FINANCEIRO "RESOLVE O PASSADO", DIZ DIRETOR DO BC

Dida Sampaio/AE

Em acordo fechado na segunda-feira, em Nova York, o governo brasileiro pagou US\$ 25,3 milhões aos Dart — que são o maior credor não-financeiro da dívida externa do País — e conseguiu que o principal da dívida devida à família Dart, US\$ 1,32 bilhão, seja pago até o ano 2007. Com o acordo, o Brasil encerrou a última briga com credores da dívida externa renegociada em 1988. O conflito com os Dart começou em 1994 e chegou a ser travado na Justiça dos EUA. "O passado está resolvido", destacou o diretor de Assuntos Internacionais do Banco

Central, Gustavo Franco, ao anunciar o acordo, ontem, em Brasília.

O prazo de pagamento até 2007, segundo Franco, significa que o principal da dívida permaneceu nos papéis originalmente comprados pelos Darts, os MYDFA (Multi-Year Depositary Facility Agreement), títulos emitidos pelo Brasil em setembro de 1988, com prazo de 20 anos, sendo 7 de carência. Tão logo foi concluído o acordo, os Dart transferiram a dívida de US\$ 1,32 bilhão para uma companhia localizada nas Ilhas Cayman.

Com a transferência, o Brasil pas-

sou a dever o principal da dívida à Coutts and Company Ltd., subsidiária do banco inglês National Westminster. Os Dart permanecem credores de apenas US\$ 52,3 milhões, referentes a juros atrasados antes de abril de 1994, quando a família recusou-se a seguir os demais credores do Brasil e trocar os MYDFA por novos papéis, os Brady bonds, com prazo de 30 anos.

O acordo significa que o País encerrou uma pendência que o impedia de "dar por terminada a questão da dívida externa", disse Franco.

Soraya de Alencar



Gustavo Franco: fim da questão

GOVERNO LANÇA PAPÉIS NOS EUA

Yankee bonds

O governo brasileiro pretende lançar papéis no mercado doméstico norte-americano. São os chamados Yankee bonds, destinados aos investidores residentes nos EUA. Embora sem data definida, o Brasil já pediu e obteve a autorização do governo norte-americano para fazer um lançamento simbólico, no valor de US\$ 10 milhões. "Esta colocação está sendo feita neste momento", informou o diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Gustavo Franco.

Para uma colocação maior,

segundo o diretor, o Brasil não precisará atender a novas exigências. Franco enfatizou, no entanto, que o governo ainda não tem previsão sobre o lançamento desses papéis.

Contra os 4,5% acima da taxa básica do Tesouro norte-americano oferecidos no primeiro lançamento dos papéis brasileiros no Japão — os Samurai bonds —, feito no final do primeiro semestre de 95, o Brasil conseguiu agora uma taxa entre 3,1% e 3,2%. Segundo Franco, a queda das taxas representa maior credibilidade dos investidores no País.

A previsão do diretor é a de que os US\$ 285 milhões vendidos no Japão cheguem ao País dentro de um mês. Ele assegurou que todos os recursos obtidos até agora são imediatamente destinados ao abatimento da dívida interna. (S.A.)